

# **EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM OLHAR SOBRE A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES DE UMA ESCOLA PÚBLICA DA CIDADE DE ALAGOA GRANDE/PB**

Autora (1): Valquiria da Silva

*Universidade Estadual da Paraíba – UEPB; kira\_valquiria@hotmail.com*

Co-autora (1): Silvaneide dos Santos Silva

*Universidade Estadual da Paraíba – UEPB; neide20122012@hotmail.com.br*

Co-autora(2): Wilma Vieira da Silva

*Universidade Estadual da Paraíba – UEPB; Wilma-log@hotmail.com*

Orientadora (4): Rônia Galdino da Costa

*Especialista em Psicopedagogia. Professora UEPB*

## **INTRODUÇÃO**

Temos o conhecimento que os fundamentos metodológicos da inclusão escolar centralizam-se numa concepção de educação de qualidade para todos, enfatizando o respeito à diversidade dos educandos. Assim, em face às mudanças propostas, cada vez mais tem sido reiterada a importância da preparação de profissionais educadores, em especial do professor de classe comum, para o atendimento das necessidades educacionais de todos os alunos com ou sem deficiência.

No Brasil temos uma quantidade pequena de educadores com capacidade para lidar com necessidades dos alunos com algum tipo de deficiência. De modo geral, os educadores tem uma formação básica e obrigatória em libras, que é o mínimo de formação e abrange apenas parte das necessidades conhecidas, mesmo assim não quer dizer que o educador que tenha recebido essa capacitação, tenha tido uma formação adequada e que o ajude na convivência com o aluno com este tipo de deficiência.

De acordo com Rodrigues (2006, p. 171 apud LDB, 1996, p.23) a própria LDB de nº 9.394 /96, em seu artigo 59, inciso III, coloca a discussão da formação do professor, no desafio de entender seu papel como co-participante em uma proposta de educação inclusiva, quando alude a “professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para o atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns”, porém, sabemos que na realidade a maioria dos educadores, principalmente da educação básica, não recebe formação adequada para lidar com alunos especiais.

Em face às exposições a cima, este trabalho tem como objetivo analisar a formação dos professores da Escola Municipal de Ensino Fundamental e Infantil Instituto Desembargador Severino Montenegro, para o atendimento dos alunos com NE (Necessidades

Especiais) e saber quais os desafios encontrados pelos mesmos para trabalhar esta realidade em sala de aula.

## **EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O EDUCADOR**

Para começar o conhecimento a respeito dos tipos de deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação com a conceituação, características e possibilidades de trabalho pedagógico, pode ser de grande valia para os profissionais da educação, mas é necessário que se considere sempre a dimensão do sujeito que apresenta essas diferenças. Assim, a discussão de casos, a socialização de experiências bem sucedidas no coletivo da escola, também pode ser uma ferramenta de grande ajuda para toda a comunidade escolar.

A proposta da educação inclusiva implica o reconhecimento das diferenças e as adequadas condições para que essas não sejam obstáculo à formação, assim linguagem em braile pode ser importante para os que têm deficiência visual e linguagem dos sinais para os que têm deficiência auditiva, falar mais pausadamente e utilizar mais recursos imagéticos podem ser importantes para os que têm deficiência intelectual, entre outros.

Em relação à capacitação e especialização pouco é observado sobre as peculiaridades dos significados, mas é necessário expor as especificações e suas terminologias para exemplificar e compreender adequadamente cada termo. De todo modo à capacitação e a especialização são coisas distintas que tratam de assuntos semelhantes. Aparece uma diferenciação entre professores capacitados para atuarem nas classes comuns das escolas regulares.

Os professores capacitados, para serem assim denominados, devem ter uma disciplina na sua formação inicial a respeito da educação especial e educação inclusiva, e adquirir competências para perceber as necessidades educacionais especiais dos alunos e flexibilizar a ação pedagógica para atender as suas necessidades. Mas estas não são tarefas simples, uma disciplina nos cursos de formação de professores que aborde as questões relativas à educação especial e inclusiva, não dá conta da complexidade e da abrangência dos temas.

Neste caso podemos falar de informação, mas não da formação sendo assim:

A formação do professor deve ocorrer na ótica da educação inclusiva, como formação de especialista, mas também como parte integrante da formação geral dos profissionais da educação, a quem cabe atuar a fim de reestruturar suas práticas pedagógicas para o processo de inclusão educacional.  
(RODRIGUES, 2006, P.173)

A formação dos professores especializados, os que vão trabalhar nos atendimentos educacionais especializados e atender diretamente as especificidades dos alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/ superdotação devem acontecer em cursos específicos. Estes profissionais também devem apoiar aos professores das escolas regulares que tiverem alunos com NEE em suas salas de aula.

## **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

A referida pesquisa possui uma metodologia de caráter qualitativo. Desenvolveu-se a partir de uma entrevista escrita, realizada através de um roteiro estruturado com perguntas sobre a formação dos professores para trabalhar com alunos especiais, as dificuldades e os desafios encontrados em sala de aula.

Para isto, entrevistamos duas professoras da Escola Municipal de Ensino Fundamental e Infantil Instituto Desembargador Severino Montenegro, sendo uma instituição pública localizada na cidade de Alagoa Grande PB, que tem como modalidade de ensino regular da pré-escola 4º (quarto) e 5º (quinto) anos ao ensino fundamental, sendo uma escola de referência na cidade pelo atendimento aos alunos com NE.

Contudo, a partir dos relatos podemos analisar a importância de se ter uma escola preparada para receber esses alunos, bem como professores capacitados para melhor atendê-los.

A referida pesquisa foi autorizada pelas entrevistadas, sendo estas tratadas ao longo do texto como PROFESSORA (A) PROFESSORA (B), para que estas tenham suas identidades preservadas.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

No que se refere à importância da formação continuada para trabalhar com alunos especiais, obtivemos como respostas.

“Muito importante já que temos alunos especiais e precisamos estar preparadas para orientar os alunos de forma correta e que eles consigam ter sucesso no seu desenvolvimento, seja aprendizagem ou mental.” (PROFESSORA A).

“Pelo desafio que se faz presente em atender e desenvolver habilidades nos mesmos, por isso vejo necessária essa formação para melhor desempenho e desenvolvimento de ambas as partes” (PROFESSORA B).

Percebemos que as entrevistadas consideram importante a formação continuada, alegando que, facilita tanto no desenvolvimento do aluno quanto ao seu trabalho em sala de aula com os mesmos.

Perguntadas sobre quais as dificuldades e desafios encontrados para o atendimento desses alunos relataram que.

“São muitas as dificuldades já que não temos material necessário para trabalharmos, os desafios são muitos, porque cada alunos tem sua dificuldade diferente um dos outros e não temos nenhuma formação para sanar as dificuldades dos alunos na aprendizagem” (PROFESSORA A).

“Formação dos profissionais de apoio, ambiente adequado, estrutura física” (PROFESSORA B).

Observa-se que há varias dificuldades e desafios, incluindo a formação adequada, estrutura física e a falta de materiais didáticos para trabalhar as necessidades individuais apresentadas pelos alunos.

Em relação à formação e preparo para o atendimento dos alunos especiais, a entrevistada (A) relata que: “Não tenho. Mas gostaria de ter já que tenho alunos especiais” Não me sinto preparada para atender os alunos como devem ser atendidos corretamente” (PROFESSORA A), já a entrevistada (B) afirma que: “Tenho dentro da minha formação a disciplina de clinica e institucional”. Vejo-me com bastante pré-disposição para trabalhar com os mesmos, buscando diante da necessidade apresentada um cuidar mais direcionado ao atendimento dos mesmos. ” (PROFESSORA B)

Por fim, quando perguntamos se ao longo da sua formação acadêmica elas tiveram alguma disciplina na grade curricular abordando sobre as pessoas neuroatípicas, responderam que: (PROFESSORA A) Não tive nenhuma formação”, a (PROFESSORA B) “Clinica e institucional”.

A partir dos resultados obtidos até o momento, percebemos que as professoras entrevistadas da Escola Municipal de Ensino Fundamental Instituto Desembargador Severino Montenegro sentem falta não tem formação continuada na instituição e de recursos adaptados as necessidades especiais dos alunos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas ultimas décadas, os debates sobre a inclusão ganharam força e percebe-se que é necessário haver uma mudança no sistema educacional, para que seja possível a efetivação de uma educação de qualidade a todos os alunos, não pela imposição de leis, mas por reconhecimento de que a exclusão fere os direitos humanos.

A prática pedagógica adequada visando o processo de inclusão é de fundamental importância, sendo necessário que o professor se perceba como um agente facilitador dos processos de aprendizagem. Que ele veja cada aluno como um singular, que tem uma história própria, que traz consigo conhecimentos anteriores à vida escolar, e que se constrói através das relações sociais existentes no contexto social.

Entretanto, pensar em uma escola adequada e com professores capacitados para atender alunos com NE é essencial. Através dos relatos das professoras, percebe-se o quanto a falta de formação ou uma formação continuada interfere no desenvolvimento desses alunos, bem como no seu trabalho em sala de aula.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Conselho Nacional da Educação**. Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001. Institui as Diretrizes para a Educação Especial na Educação Básica. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf> Acesso: 16/09/2018

BRASIL. **Ministério da Educação. Lei 9394, de 23 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996 Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394\\_ldbn1.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf) Acesso: 16/09/2018.

MIRANDA, Theresinha Guimarães; FILHO, Teófilo Alves Galvão. **O professor e a educação inclusiva: formação, praticas e lugares**-Salvador: EDUFBA,2012

RODRIGUES, David (org). **Inclusão e Educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**-São Paulo: Summus, 2006